## Pacote será o assunto dos primeiros dias

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O Congresso reinicia hoje seus trabalhos legislativos sob o impacto do pacote econômico do governo. que deverá provocar grandes debates no início do mês. Enquanto na semana passada alguns setores do PMDB ainda se mostravam descontentes com o governo, por causa da reforma ministerial, agora a situação se modificou. O conjunto de medidas econômicas adotadas pelo governo poderá pacificar os descontentes, já que o próprio líder da bancada na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, admitiu publicamente que a iniciativa governamental condiz com as reivindicações partidárias, no que foi apoiado por diversos parlamentares.

A implantação de mais esse pacote deverá refletir na primeira reunião da bancada peemedebista, na terça-feira, que originalmente previa a discussão da atuação partidária e também do desmembramento de funções de líder do governo e da própria bancada. A mudanca de tema provocou forte reação nos peemedebistas, que chegaram a acusar Pimenta da Veiga e o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, de tentarem dar um golpe na bancada. Todavia, é de relativa euforia o clima entre os deputados do PMDB, que se mostram esperancosos com o resultado do pacote.

O semestre legislativo deveria ser de marasmo, pela aproximação das eleições para a Constituinte. Agora; no entanto, é possível que seja exatamente o contrário, por causa da discussão do pacote, que, implantado na forma de decreto-lei, terá de ser votado pelo Congresso, embora

não possa ser modificado, mas somente aprovado ou rejeitado, o que exige quórum de maioria simples dos presentes. Portanto, para ser rejeitado, deverão estar em plenário 240 deputados e 36 senadores e a maioria manifestar-se contrária a ele.

Os partidos de oposição poderão combater algumas das medidas, sobretudo a questão dos reajustes salariais em cruzado, segundo previsão de parlamentares. Até mesmo o deputado Manoel Costa (PMDB-MG) acha que, depois de exame cuidadoso e caso seja comprovada a perda real de salário, a classe trabalhadora poderá manifestar seu descontentamento e, assim, influenciar o comportamento do seu partido.

Já o deputado Aírton Soares (PMDB-SP) reconheceu que as medidas agradaram ao partido, atendendo muitas de suas reivindicações no plano econômico, mas previu que o PMDB continuará lutando pelo cumprimento de seus compromissos históricos. Em sua opinião, o pacote não foi suficiente para evitar a divisão da liderança da bancada. Soares admitiu que dificilmente o deputado Pimenta da Veiga será reeleito líder da bancada

A NECESSÁRIA APROXIMAÇÃO

O governo procurará estreitar suas relações com o Congresso, contando agora com a ajuda de ministros mais afinados com o presidente Sarney e do "superministro" Marco Maciel, que conhece profundamente o Legislativo. Mais do que nunca o presidente precisará da Câmara e do Senado para sustentar seu governo daqui para a frente. As eventuais dificuldades do governo na obtenção de apoio parlamentar estarão ligadas ao sucesso ou ao fracasso das

providências adotadas para deter a inflação. Se tudo der certo, como espera a majoria, a Nova República terá o respaldo necessário para aprovar no Congresso as iniciativas de seu interesse. Por outro lado, se as medidas se mostrarem inócuas para conter o processo, é certo que não haverá nem no Senado nem na Câmara clima em favor das proposições oficiais. Ainda assim, talvez não haja grandes problemas para o Palácio do Planalto, pois o governo aprovou no ano passado todos os seus projetos mais polêmicos, como o pacote econômico de dezembro, certamente antevendo um choque de interesses em 86. em função da reforma ministerial.

Se não houver necessidade de votação de matérias polêmicas, o que é habitual em anos eleitorais, o Congresso funcionará em ritmo lento depois da discussão do pacote econômico adotado anteontem. Até 15 de novembro será difícil encontrar no Congresso deputado ou senador que seja candidato à reeleição. Colabora para o marasmo o fato de não haver, pelo menos até agora, nenhuma matéria importante ou urgente para ser votada pela Câmara, embora a Casa tenha encerrado os trabalhos do ano passado com 132 proposições em pauta.

Faltam ser votadas, por exemplo, a nova lei dos partidos e a reforma do Código Eleitoral. As duas iniciativas interessam diretamente aos parlamentares, principalmente os mais preocupados com o abuso do poder econômico na campanha para a Constituinte. Uma das modificações do Código Eleitoral visa justamente a coibir o abuso, e sua votação poderá mobilizar grande número de deputados e senadores. Interesse se

melhante despertará a nova lei dos partidos, pelas facilidades que cria para a vida das agremiações políticas. O projeto que elimina a sublegenda para o Senado ainda aguarda deliberação e se encontra parado na Câmara, pois os deputados não admitem aprová-lo se os senadores não acabarem também com as candidaturas natas.

Na Câmara, o governo vai enfrentar a ofensiva da bancada do PDT, que, segundo previsões de seu líder, deputado Nadir Rossetti (RS), chegará a 35 parlamentares todos

chegará a 35 parlamentares, todos lutando pela realização de eleições presidenciais diretas ainda neste ano. A essa ofensiva deve-se acrescentar a oposição radical do PT e do PDS, que possivelmente continuará liderado pelo deputado Amaral Neto (RJ), que durante todo o recesso parlamentar apareceu na imprensa com denúncias a integrantes da Nova Re-

pública.

Com a aproximação do último prazo para filiações partidárias, 14 de maio, poderão surgir alterações nos partidos, porém, sem risco para o PMDB, que permanecerá com a major bancada na Câmara. Também no Senado o PMDB continuará majoritário, mesmo com a perspectiva de crescimento do PFL com a adesão de alguns senadores pedessistas. Os maiores problemas do PMDB são internos, como a difícil escolha do novo líder, em substituição a Humberto Lucena, que se afastará para disputar o governo da Paraíba. Concorrem ao cargo os senadores Hélio Gueiros (PA), considerado despreparado para a função pelos integrantes da bancada, e Alfredo Campos (MG), tido como conservador e de fraguíssima atuação parlamentar.